

# Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica

**Virgínia Fontes\***

*\* Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF); pesquisadora do CNPq; coordenação coletiva de cursos junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).*

---

Este artigo apresenta a emergência no Brasil, na década de 1980, de um processo contemporâneo peculiar, que estamos designando como conversão mercantil-filantrópica de movimentos sociais de base popular. Fenômeno contraditório (Arantes, 2004), consiste na admissão (e, em alguns casos, até mesmo no estímulo) de algumas demandas populares, direcionando-as através da elaboração de projetos financiáveis, para a produção de serviços de cunho assistencial. Essa conversão resulta num apassivamento das lutas sociais, encapsuladas em reivindicações de cunho imediato (corporativas) e circunscritas a níveis de consciência coletiva elementar (Neves, 2005, passim).

Esse fenômeno não se restringe ao caso brasileiro. Tem perfil internacionalizado, parecendo constituir uma estratégia política no capitalismo contemporâneo. Pode-se supor que esteja acoplado à dinâmica da expansão financeirizada mundial, como se constituísse sua face supostamente *democrática*, e atravessa também o âmbito

militar (Guilhot, 2004; Fontes, 2005: 91-118; Makki, 2004). Essa conversão implica também em intenso embate teórico, em especial em torno do conceito de *sociedade civil*.

No Brasil, esse processo ganharia impulso ao longo da década de 1980, marcada por dura crise econômica e pela demorada transição para um Estado de Direito, com sufrágio amplo e uma nova Constituição promulgada em 1988. As lutas sociais se intensificavam e, sob o manto comum da reivindicação de liberdades democráticas, contrapunham-se desde perspectivas socializantes e anticapitalistas até setores empresariais fortemente organizados, alguns já endossando as novas roupagens neoliberais. Expandiam-se entidades direta ou indiretamente empresariais, que historicamente contavam com inúmeras associações (Dreifuss, 1987 e 1989; Mendonça, 2005), mas defrontavam-se com a emergência de enorme variedade de organizações populares, tradicionalmente submetidas à severa repressão (assassinatos de lideranças, obstáculos e proibições diversas, interdição ditatorial). Complexificavam-se os processos de organização social e de direção política.

No âmbito intelectual, vale mencionar dois movimentos. Em primeiro lugar, uma concepção de democracia reduzida à sua expressão mais simples, o que foi louvado pelo sociólogo francês Daniel Pécaut como se traduzisse, enfim, a chegada ao pensamento democrático no Brasil. Segundo ele, o aprendizado –*ainda que forçado*– de “estratégias de racionalidade limitada” levava finalmente os intelectuais brasileiros a abandonar expectativas revolucionárias e a conviver com o mundo restrito da política institucional como *horizonte insuperável* (Pécaut, 1990). Em segundo lugar, uma parcela da produção sociológica, sobretudo aquela dedicada aos “novos movimentos sociais” abandonava o prisma da totalidade social e da configuração das classes sociais para abordar tais movimentos de maneira imediata (procedimento mais empírico, segundo eles). Isolariam o mundo do trabalho dos demais movimentos sociais, empregando definições identitárias, espaciais ou quantitativas para designá-los como “urbanos”, “novos”, “pobres” ou, genericamente, como “pobreza” (Mendonça, 2000).

Ora, os setores populares enfrentavam a repressão (política, policial e cotidiana) e sentiam na carne a seletividade social dos serviços públicos, agudizada sob a ditadura. Eram triplamente instados, de forma paradoxal, a permanecerem no terreno de suas reivindicações mais imediatas: pela repressão, pelas carências históricas e, finalmente, por essas tendências intelectuais, que se disseminaram.

As Comunidades Eclesiais de Base –as CEBs– ligadas à Igreja Católica tiveram papel importantíssimo na luta contra a ditadura, na constituição e consolidação de uma associatividade de base popular. Apesar de conterem um forte comunitarismo messiânico, de cunho redentor, experimentaram intensa politização, desenvolvida

***“Uma parcela da produção sociológica, sobretudo aquela dedicada aos ‘novos movimentos sociais’ abandonava o prisma da totalidade social e da configuração das classes sociais para abordar tais movimentos de maneira imediata”***

através da Teologia da Libertação. Esta foi duramente golpeada em 1985, pelo o voto de silêncio imposto pelo Vaticano (após relato do então cardeal Ratzinger) aos irmãos Leonardo e Clodovis Boff, o que contribuiria tanto para a filantropização da questão social no Brasil, quanto para a generalização do tema da pobreza, alçado como problema social central.

Esse brevíssimo contexto pode ajudar a compreender o momento de nascimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), no Brasil. Protagonizadas por muitos ex-exilados, reforçariam a tendência isolacionista das organizações populares: apoiadas, em boa parte, por fontes de financiamento internacional, deveriam provar não estarem coligadas a partidos ou a projetos políticos, limitando sua atuação a demandas específicas. Vinculavam-se a entidades ligadas às igrejas (cristãs), a benemerência internacional ou, ainda, a setores diretamente empresariais, fortemente internacionalizados. A filantropia internacional apoiava diretamente a construção de ONGs, assim como a grande maioria de seus projetos.

Esse conjunto complexo de lutas mantinha, não obstante, forte cunho popular e, nesse sentido, permanecia nitidamente lastreado em agenda contra-hegemônica. Concentrava-se nas CEBs, nas Associações de Moradores, em pequenas associações anti-racistas, anti-sexistas, anti-autoritárias e nas novas ONGs. O Partido dos Trabalhadores-PT, criado em 1981, magnetizaria a maior parte dessas diferentes tendências do campo popular e permitiria o estabelecimento de laços entre movimentos, sindicatos e o partido (indicando a possibilidade de uma convergência mais ampla, de cunho classista). A forte marca anticapitalista de que se revestia o partido (apesar de conter em seu interior tendências diferentes e mesmo contraditórias), mantinha em pauta a reflexão sobre o papel do Estado e, portanto, da própria organização política com vistas a um projeto coletivo comum. Assim, na década de 1980, conseguiu contrapor uma unificação política à dispersão e fragmentação dessas variadas organizações populares.



© <www.simone.bruno.name>

Em escassas pinceladas, esse foi o terreno social e intelectual da generalização de ONGs no Brasil, ocorrido na década de 1980. Elas tiveram como solo uma efervescência de movimentos sociais de base popular, os quais enfrentavam tanto o chamado “entulho autoritário”, isto é, a legislação arbitrária da ditadura, quanto formas variadas de perseguição social (discriminação dos setores populares, alto grau de violência e repressão a todas as formas organizativas, inclusive por segmentos para-militares), heranças tradicionais aprofundadas durante os anos da ditadura.

Em pesquisa realizada em 1986, se auto-definiam como Organizações Não Governamentais (ONGs) 1041 entidades, abrangendo 24 estados e 213 cidades. Apresentavam-se como entidades sem caráter representativo, não integrando grandes instituições (empresas, igrejas, universidades ou partidos) e, como atividade, alegavam “estar a ‘serviço’ de camadas da população ‘oprimida’, dentro de perspectivas de ‘transformação social’” (Fernandes e Landim, 1986: 47). Foram classificadas em três grandes tipos – “a serviço do movimento popular-SMP” (556 ONGs, voltadas para uma já grande diversidade de categorias sociais), aquelas voltadas para negros (234) e mulheres (251). As últimas tinham uma característica diferente, por serem auto-referentes, admitindo o elo militante com a auto-organização de negros e mulheres. Enquanto nas primeiras (SMPs) já se instaurava uma nítida separação entre o serviço

prestado e a população alvo, nas segundas iniciava-se um processo molecular de transformação de movimentos sociais nascentes em direção à sua conversão, via apresentação de projetos, em entidades engajadas em causas singulares e na prestação de serviços especializados.

O serviço disponibilizado pelas ONGs era, em geral, caracterizado por elas próprias como *assessoria*, voltado para as áreas de *educação e organização*. Já então, em 1985, observava-se a forte influência da Igreja Católica: mais de um terço do total das ONGs declaravam possuir vinculação (formal ou informal) com as igrejas: esta era, “seguramente, a relação institucional privilegiada entre as ONGs” (Fernandes e Landim, 1986: 53).

Esses novos intelectuais-militantes ligados às ONGs criticavam fortemente o intuito de partidos de falar “em nome” dos movimentos sociais, justificando assim sua própria atuação; criticavam ao mesmo tempo as concepções de vanguarda, muitas vezes caricaturando-as. Desprezavam o isolamento das universidades, por não se misturarem às lutas populares. Atraíam, entretanto, grande número de pesquisadores universitários (elas se tornariam uma importante opção de profissionalização) que, paulatinamente, iriam se constituir nos “educadores” desses movimentos. Educadores peculiares, cuja função deveria se limitar a reproduzir a própria fala dos envolvidos. Cumpriam um papel segmentador educando e consolidando as lutas locais, porém cristalizando-as e favorecendo sua manutenção naqueles formatos, maneira inclusive de assegurarem sua própria reprodução enquanto ONGs “a serviço de...”.

Esse transcurso não foi homogêneo e inquietava algumas das entidades populares, que desconfiavam dessa nova configuração. Muitas das entidades populares forjadas sob a ditadura recusavam os procedimentos de legalização e institucionalização sob a forma de ONGs, e resistiam à crescente profissionalização, denunciando a tecnificação dos serviços prestados por essas organizações (Fernandes e Landim, 1986: 44-45).

Ora, que modificações traria a rápida difusão desse fenômeno? Em primeiro lugar, alteração da *concepção de autonomia*, que experimentaria importante deslizamento de sentido. De autonomia de classe, isto é, capacidade de produzir uma contra-hegemonia, de forjar uma visão de mundo para além dos limites corporativos, que se expressam como *interesse*, passava a expressar a “autonomia” de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas. A autonomia, de forma abstrata, era enfatizada e sobrevalorizada, sacralizando-se a fala imediata de cada grupo (ou organização) popular. As novas entidades contribuíram, assim, para manter tais movimentos (que procuravam “proteger”) no terreno de luta imediata no qual se haviam constituído –moradia, saneamento, água, escola, saúde, transporte, ambiente, discriminações diversas, etc. Temiam, *à tort ou à raison*, a subordinação política e/ou

partidária e, assim, evitavam articular as demandas de cunho corporativo que patrocinavam a projetos sociais mais nitidamente contra-hegemônicos. Mantinham-se no terreno popular (e vagamente anticapitalista), mas tendiam a endossar projetos genéricos, aceitáveis pelos financiadores e palatáveis pelo *establishment*.

Outro ponto também transfiguraria a noção de autonomia –o *financiamento*. Ora, a autonomia de classe depende não apenas de um horizonte teórico, mas também de sua capacidade de auto-financiar-se, isto é, de ser capaz de prover a existência de suas próprias organizações, o que exige enorme inventividade e capacidade –teórica, prática e moral– para forjar uma nova sociabilidade, desvinculando-se das práticas dominantes de compra e venda de capacidades, das formas de subordinação e de hierarquia internas baseadas em cálculos de tipo empresarial. Em suma, da construção do Gramsci denominou de “novo príncipe”, com forte teor organizativo e pedagógico. Ao contrário, a urgência das situações imediatas a sanar secundarizaria tal objetivo, ressaltando-se a autonomia de cada reivindicação (ou de cada grupo ou movimento) como capaz de assegurar melhores resultados (sua *eficiência*).

Ocorria gradualmente uma transferência de militância para as áreas de assessoria e serviço, conservando um horizonte vaga e difusamente rebelde –a “transformação social”. A influência religiosa ajuda a compreender porque, embora atuando com sindicatos e com muitos grupos de trabalhadores, sobretudo rurais, priorizavam o termo *opressão*, reduzindo-se as reflexões sobre a exploração (e suas diferentes modalidades) nas próprias organizações de trabalhadores.

Mais importante a reter, sempre na década de 1980, parece-nos essa *modificação do perfil de uma parcela da militância*, alterando o teor de sua participação. Reduzia-se o engajamento direto numa luta comum e crescia a oferta de *serviços de apoio* a grupos sociais com cujas

**“A autonomia de classe depende não apenas de um horizonte teórico, mas também de sua capacidade de auto-financiar-se, isto é, de ser capaz de prover a existência de suas próprias organizações”**

causas tais *militantes* estariam, supõe-se, de acordo. A reunificação — e a legitimação — dessas entidades seguia tendo como pano de fundo a *democracia*, cuja definição mantinha-se fluida.

Introduzia-se uma separação entre o assessor (o técnico) e sua base social. Embora todos se apresentassem como militantes, falavam agora em nome da própria ONG. Doravante a autonomia fundamental seria a dessas entidades. Por esta cunha brotariam algumas características que se aprofundariam posteriormente. *Consolidava-se a profissionalização da assessoria* prestada aos movimentos populares, ainda que conservando um cunho “moral” de “apoio” a uma cidadania e a uma sociedade transformada, democrática. *Acelerando a rotação que transformava militância em emprego, os serviços profissionais prestados poderiam — e deveriam — ser remunerados conforme o mercado*, segundo as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais freqüente, através da orientação para obtenção de recursos junto a agências financiadoras. Novas especializações técnicas se definiam, como a de *formuladores de projetos* e a de *agenciadores de recursos, nacionais e internacionais*.

Pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuia na militância, nesse deslizamento da “luta social” para estar “a serviço de”, *desaparecia do horizonte a contradição entre fazer filantropia, ser militante e ser remunerado de maneira mercantil por essa atividade*.

As ONGs rapidamente adquiriram muita visibilidade. Estavam próximas dos movimentos sociais, participavam deles, assessoravam, apoiavam e contribuía para sua sobrevivência. Confundiam-se, de certa forma, com eles, constituindo uma espécie de vanguarda peculiar, e passaram a considerar-se como *a expressão mais adequada da sociedade civil*. Em trabalho fortemente engajado nas ONGs, porém muito documentado, encontramos:

Desta forma, no bojo desses trabalhos próximos às igrejas, a tendências políticas e sindicais, a determinados movimentos sociais, as “ONGs” criam *sua autonomia*. Conformam-se, nesses processos, as propriedades particulares que caracterizam *seus especialistas*. A *democratização* do país, como se viu, é fator que contribui ainda mais para a conformação de espaços de atuação e de discursos *específicos*, surgindo com peso a idéia de “*sociedade civil*” (combinando-se, no entanto, com a opção pelo “popular”) como *vocação natural* das ONGs (Assunção, 1993: 384. Grifos meus).

A importância do PT como pólo nucleador dos movimentos sociais de base popular o mantinha, nessa década, como a *expressão político-partidária dos segmentos*

*subalternos da sociedade civil*. Ele estava atravessado por essa multiplicidade de movimentos sociais que, não obstante sua variedade, reforçavam uma leitura peculiar do conceito de sociedade civil: ela seria apresentada como o terreno específico dos movimentos populares, olvidando-se do peso histórico e social dos aparelhos privados de hegemonia de base empresarial.

Ocorria uma idealização do conceito de sociedade civil –como se esta se limitasse apenas ao âmbito popular. A sociedade civil, assim encarada, seria o momento socialista da vida social, o momento virtuoso. Por seu turno, o Estado seguia confundido, ora com a ditadura, ora com a ineficiência e incompetência, ora com seu patrimonialismo ou clientelismo, desconsiderada sua íntima articulação com a sociedade civil.

Essa idealização fazia quase desaparecer do cenário as entidades empresariais que, precisando revigorar os procedimentos de convencimento, de maneira a assegurar seu predomínio em plena efervescência de lutas populares anti-ditatoriais, retomariam o mote da prevalência da propriedade (e do mercado) sobre qualquer ingerência popular politicamente organizada que pudesse vir a controlá-la socialmente. *Procuravam qualificar-se como a expressão racional da sociedade e reforçavam de forma vigorosa a contraposição entre sociedade e Estado, de cunho tipicamente liberal*. Diferentemente, porém, do que vinha sendo pregado por intelectuais e por muitas ONGs, tinham um programa para o Estado, que deveria modificar-se, mas para melhor atender a seus anseios. O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo-FIESP, mais importante entidade empresarial do país, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, diria em 1986:

Os senhores certamente já me ouviram falar que o Brasil é um país em que o *Estado é forte e a sociedade é fraca*. Ao longo de nossa História, passada e recente, as instituições governamentais lograram obter um alto grau de controle, tutela e dominação sobre os outros segmentos da sociedade, fazendo com que as instituições sociais no Brasil crescessem sob uma patente fragilidade. Apesar de numerosa e economicamente poderosa, *a classe empresarial não fugiu a essa dominação. A tal ponto que, até hoje, ela não detém um poder político compatível com seu poder econômico* (Vidigal Filho, 1986).

As entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil –no sentido gramsciano, como *aparelhos privados de hegemonia*– e participavam intimamente do Estado, inclusive no período ditatorial, mas apresentavam-se como *sociedade* no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, evidenciando como a luta atravessava a sociedade civil, através da expansão de aparelhos privados de hegemonia de cunhos variados, cuja proximidade com as classes fundamentais nem sempre era muito nítida –assim como ambivalentes eram as formas de



conceituá-la. A expansão das ONGs contribuiria para uma diluição importante do significado do engajamento social e para embaralhar a percepção da real dimensão da luta que se travava. A sacralização da sociedade civil como momento virtuoso, carregada de nuances liberais, velava a composição de classes sociais em seu interior.

A própria democracia seguia idealizada, como o reino de uma sociedade civil filantrópica e cosmopolita, para a qual todos colaborariam, sem conflitos de classes sociais. O projeto de contra-reforma empresarial, entretanto, fortemente amparado em aparelhos privados de hegemonia (e na mídia), se consolidava e se aproveitaria dessas contradições para seduzir e converter os setores populares, neutralizando-os frente ao ataque desferido contra direitos universais.



© Sébastien Grenier

## Bibliografia

Antunes, Paulo Eduardo 2004 "Esquerda e direita no espelho das ONGs" em *Zero à esquerda* (São Paulo: Conrad Editora do Brasil).

Assunção, Leilah Landim 1993 "A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome". Tese de doutoramento, Museu Nacional, UFRJ.

Dreifuss, R. A. 1987 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (Petrópolis: Vozes).

Dreifuss, R. A. 1989 *O jogo da direita* (Petrópolis: Vozes).

Fernandes, R. César e Landim, L. 1986 "Um perfil das ONGs no Brasil" em *Comunicações do ISER*, Ano 5, Nº 22, novembro.

Fontes, Virgínia 2005 *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo* (Rio de Janeiro: Bom Texto).

Fontes, Virgínia 2006 "Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980" em Neves, L. W. e Lima, J. C. F. (orgs.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro: Fiocruz).

Guilhot, Nicolas 2004 *Financiers, philanthropes. Vocations éthiques et reproduction du capital à Wall Street depuis 1970* (Paris: Raisons d'Agir).

Makki, Sami 2004 "Militarisation de l'humanitaire, privatisation du militaire" em *Cahiers d'Etudes Stratégiques* (Paris: Cirpes/EHESS) Nº 36-37.

Mendonça, Eduardo L. 2000 "A pobreza no Brasil: medidas e sentidos". Dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ, mimeo.

Mendonça, Sonia Regina 2005 "Estado e representação patronal na agricultura brasileira: o caso SNA". Relatório final de pesquisa ao CNPq, Niterói, mimeo.

Neves, Lucia Maria Wanderley (org.) 2005 *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso* (São Paulo: Xamã).

Pécaut, Daniel 1990 *Os intelectuais e a política no Brasil* (São Paulo: Ática).

Vidigal, F. 1986 "A participação política do empresariado" em *Indústria e Desenvolvimento* (São Paulo) Vol. XX, Nº 9.

Mendez, Apud e Bianchi, A. G. 2004 "O Ministério dos Industriais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990". Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP.

## Nota

1 Para uma análise do conceito de sociedade civil em Gramsci, assim como da complexidade de suas matrizes, ver Fontes, 2006, de cujo texto o presente artigo foi extraído, condensado e modificado.